



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX

Prof^ª. Dr^ª. Fatima Itsue Watanabe Simões
Professora Adjunta da Universidade Paulista, Campus Assis-SP.
E-mail: fatima.itsue@gmail.com

Prof. Dr. Francisco Hashimoto
Professor Livre Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
FCL/UNESP-Assis

Resumo: A entrada da mulher no âmbito do trabalho traz repercussões na organização e na estrutura de funcionamento familiar, levando à proposição de novas configurações, arranjos familiares com interferências diretas na relação mãe-filho e na dinâmica familiar. Um dos principais desafios para a mulher está em conciliar tempo para tarefas domésticas, acadêmicas, trabalho externo e poder permanecer com os filhos, de forma a ser possível estabelecer um vínculo afetivo harmonioso e consistente. Nesse sentido, é possível dizer que na vida conjugal os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher tem se confundido cada vez mais e que a configuração familiar tem-se delineado diferentemente da estrutura familiar tradicional assim como a relação mãe-filho também é tocada por essas vicissitudes.

Palavras-chave: mulher. mercado de trabalho. relação mãe-filho. família.

Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX

1. Evolução histórica da família

Roudinesco (2003), em sua obra *A família em desordem*, faz uma análise das transformações que a família sofreu desde a antiguidade até a pós-modernidade. Um aspecto importante a ser destacado é o de que nas famílias ditas pós-modernas, o foco primordial não está na forma de organização das famílias e sim no modo pelo qual os seus membros vinculavam-se uns aos outros, de forma que o filho passa a ocupar um outro espaço no imaginário parental. Relata ela em seus estudos que se pode distinguir a evolução da família em três períodos. Num primeiro momento, a família dita tradicional assentava-se na preocupação com as tradições, com a conservação e ampliação do patrimônio e a transmissão da herança. Os casamentos eram arranjados e a família devia submeter-se à ordem patriarcal. Em momento posterior, caracteriza-se a família moderna e prevalece a lógica afetiva; assim, a união do casal funda-se no amor romântico. Valoriza-se a reciprocidade de sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Da mesma forma, a divisão de tarefas e responsabilidades deve ser partilhada pelo casal. No que diz respeito à educação dos filhos, o Estado devia responsabilizar-se. No século XX, por volta de 1960, surge, por fim, a família contemporânea ou dita pós-moderna, em que os vínculos fundamentam-se no amor e no prazer e cuja duração é relativa, ou seja, os vínculos duram enquanto durar o amor e o prazer. Consequentemente, a transmissão das responsabilidades, valores e da autoridade torna-se complicada. Na medida em que as separações e os divórcios acontecem, abrem-se possibilidades para novas composições familiares.

Em função dessas mudanças na organização familiar, outros arranjos entre os seus membros acontecem. Anteriormente a figura paterna era imposta e assemelhada a Deus e o seu papel jamais era contestado. Com o transcorrer dos tempos, essa autoridade perde força, surgindo um pai afetuoso e tolerante, representado pela compaixão. Por meio deste sentimento, a posição de autoridade do Deus pai é diluída e complementada por outras instâncias como o Estado e a Nação, abrindo-se assim espaço para a figura do feminino. No início do século XIX, com a revolução burguesa, o pai não se configura mais como um Deus soberano.

Fragilizado pela perda de poder da Igreja para o Estado, o pai recupera em parte sua autoridade estabelecendo-se como figura de referência por meio da economia gerada pelos empreendimentos industriais.

Nessa época, constitui-se a família econômica burguesa que tem como princípio a liderança do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos. Contudo, o poder paterno não é mais uma autoridade despótica e divina, mas é um pai justo e submisso às leis; e o seu poder é mediado pelo Estado que, por meio das leis, estabelece a vida familiar como um contrato livremente consentido entre o homem e a mulher. O casamento deixa de ser algo divino para ser um acordo consensual, ou seja, o casal permanecerá junto enquanto durar o amor.

Com o aumento dos casos de divórcio, o casamento perde a sua força simbólica e já não é mais algo indissolúvel. Surge o conceito de família recomposta: no lugar da família sacramentada e divina surge a família pautada nos laços afetivos da relação entre homem e mulher. Dentro dessa nova configuração, os filhos poderiam vir a conviver sob o mesmo teto com seus meio-irmãos, ora vivendo com um único pai ou mãe, ora filhos dos dois cônjuges convivendo na mesma casa. Esses filhos “bastardos” mais tarde seriam considerados “normais” e integrados à nova ordem de uma família recomposta.

Assim, na França surge a expressão “família monoparental”, que serviu para designar um modelo de família constituído apenas pela figura feminina, que, sendo designada “mãe solteira”, era antigamente concebida como transgressora dos bons costumes e das normas por não cumprir sua obrigação de procriar apenas no casamento. Sendo assim, essas mulheres não são bem vistas ou aceitas aos olhos da sociedade; já poderia desfrutar do prazer sexual sem que houvesse finalidade procriativa e sem incorrer no risco de ser julgada moralmente por ter um prazer diferente daquele proporcionado pela maternidade.

Dessas mudanças no comportamento de homens e mulheres impõe-se uma nova conceitualização de família:

[...] de agora em diante esta não será mais vista apenas como uma estrutura de parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à cultura através dos interditos e das

funções simbólicas, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências. Em lugar de uma definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica de família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis de parentesco, e em lugar daquela existencial, induzida pelo mito edipiano, foi instituída outra, horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno (...) esta família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado. (ROUDINESCO, 2003, p. 155).

No bojo dessa nova concepção da família há a elevação dos índices de divórcio, a alta taxa de procriação fora do casamento e baixa a fecundidade, fatos que fizeram com que o Estado convocasse médicos, psicólogos e sociólogos especialistas, dentre outros, para que se empenhassem em encontrar formas de vigiar e controlar a vida privada das famílias. Dentro das cartilhas, as regras deveriam combater o amor livre, ensinar os pais a maneira correta de educar os desejos infantis e, de forma geral, devia-se intensificar o controle dos especialistas sobre o domínio da vida psíquica, estados psíquicos, normas, regras e seus desvios. Assim, em uma analogia com a teoria freudiana, o Estado passa a caracterizar a família contemporânea como paradigma do advento da família afetiva e estruturada nos moldes edipianos.

Essa família assenta suas raízes simbolicamente no assassinato do pai pelo filho que deseja ter a mãe para si. A constituição dos laços familiares passa a ser objeto de inquietações, uma vez a composição familiar é baseada, dentro outros aspectos, no desejo de um homem por uma mulher e não mais na coerção das conveniências e convenções familiares:

O modelo edipiano é de fato a tradução de uma organização nova de família, originária da própria sociedade civil, que repousa em três fenômenos marcantes: a revolução da afetividade, que exige cada vez mais que o casamento burguês seja associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade feminina e masculina; o lugar preponderante concedido ao filho, que tem como efeito “maternalizar” a célula familiar; a prática sistemática de uma contracepção espontânea, que dissocia o desejo sexual da procriação, dando assim origem a uma organização mais individual da família. (ROUDINESCO, 2003, p. 28).

A fim de evitar o descontrole do Estado sobre a vida privada dos cidadãos, a família passa a ser monitora e emerge no cenário como um lugar aconchegante, em que o filho deixa de ser concebido como um objeto para tornar-se um ser desejado e passa a ocupar o centro das atenções.

Mesmo com essas mudanças apresentadas na forma de conceber a instituição familiar, Roudinesco (2003) considera que a família não se dissolveu, mas somente passou por um processo de reformulação, possibilitando que as gerações e as famílias se reorganizassem de forma diferente, uma vez que, apesar de todas as alterações na forma de conceber e ver a família, esta instituição continua a ser até os dias de hoje objeto de desejo e reivindicação das mulheres, homens e filhos independentemente da idade, orientação sexual ou condição social.

Com os novos arranjos familiares e as novas configurações nas relações entre homens e mulheres têm surgido novos relacionamentos sexo-afetivos, a frequência de separações dos casais é tal que muitos questionam sobre a evolução da família e as repercussões sobre as novas formas de parentalidade e do significado da maternidade. As parentalidades diversificam-se com o aparecimento de novas estruturas familiares, novos laços afetivos e outras reconstituições familiares. Segundo Bayle (2008) aparecem assim três tipos de parentalidades: *biológica, nominativa e educativa*. Há crianças que nascem de um pai biológico, o pai de nascimento deu-lhes o nome e o outro homem ocupa-se da educação. O novo cônjuge tem uma função paterna (ainda que não existam laços de filiação), enquanto noutros casos é-lhe proibida qualquer atitude educativa, o que complica as relações familiares. Se, por exemplo, há uma separação entre os cônjuges, mesmo que alguns laços afetivos tenham sido estabelecidos com a criança, há também o rompimento de vínculos com a criança (BAYLE, 2008, p. 27).

Se o conceito de família passou por transformações, os papéis do homem e da mulher também sofreram mudanças. O homem dos anos sessenta ainda estava distante da educação quotidiana de seus filhos e somente por volta dos anos oitenta se envolve espontaneamente.

Vale ressaltar que estamos falando da família ocidental, que assenta suas bases no sistema industrial e no iluminismo, predominando os valores democráticos e igualitários, o que torna possíveis a igualdade de direitos entre o homem e a mulher e a liberdade de expressão. Apesar de se apregoar na sociedade a igualdade entre os sexos, o nosso país recobre vasta extensão territorial evidenciando-se nele as desigualdades econômicas e sociais. Às vezes, condições

precárias de vida não garantem o acesso a condições mínimas de saúde como saneamento básico, higiene, alimentação e educação, e essas situações de desigualdade social podem deixar marcas do sofrimento e de carência registradas na psique de muitas dessas pessoas.

No século XX, um conjunto de acontecimentos especialmente relacionados ao processo de urbanização e desenvolvimento das cidades e à entrada das mulheres no mercado de trabalho levou a mudanças econômicas da sociedade que contribuíram não só para o início do processo de autonomia e independência financeira da mulher diante do homem como também acenam para mudanças nos usos, costumes, valores e projetos de família.

Por conta dessas alterações o modelo de família baseado na complementariedade de papéis com o pai provedor e a mãe dona de casa em período integral começa a sofrer rupturas, sinalizando o início da decadência da versão mais tradicional da família nuclear.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 a expectativa de vida ao nascer da população brasileira alcançou os 73,5 anos. Em função do aumento da esperança de vida, algumas mudanças ocorreram na organização da estrutura familiar contemporânea. Pode-se destacar o aumento do tempo de permanência do filho no convívio familiar, considerando o tempo que ele leva para conseguir a sua independência social e material. Trata-se de situação radicalmente diferente do que ocorria na Idade Média, quando se esperava apenas a criança adquirir um mínimo de autonomia física para ser mandada para outro lar a fim de aprender um ofício.

Dependendo do momento histórico, dos acontecimentos políticos e dos interesses por eles despertados, há uma determinada composição histórica, social e econômica que, de certa forma, determina ou impõe um certo modelo de família. Assim, não é possível tratar de apenas um modelo de família, mas, sim, de famílias. Observamos, também, que há um fenômeno que é comum no que respeita à formação familiar de nossa época: a importância da criança no âmbito da formação familiar. Apesar das mudanças, ao que parece, a família independentemente da

forma como é constituída é ainda o principal elo de transmissão de valores e do sistema social.

2. As configurações da família do século XX

O sistema familiar tradicional, na sociedade ocidental judaico-cristã, sempre foi uma estrutura a ser preservada e seguida. Tal configuração familiar era pautada por uma clara e rígida divisão de trabalho com papéis sociais e culturalmente estabelecidos; o pai como o único provedor e o responsável por desbravar o mundo e a mãe como a única responsável pelas tarefas domésticas e pelas necessidades da prole. O homem se voltava para o externo, para o mundo dos negócios, das realizações profissionais, se envolvia com o trabalho remunerado; enquanto à mulher era reservado o espaço de dentro, do âmbito doméstico, onde se dedicava aos afazeres domésticos, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos, – os quais previam o envolvimento emocional e a vigilância. Provavelmente, era esse o modo de lidar com a situação do cotidiano e também de se relacionar consigo próprio e com a sua realidade psíquica. Dessa forma, algumas características de personalidade são estimuladas e identificadas; no homem, por exemplo, a competição e agressividade; na mulher, a sensibilidade, a capacidade de observação, o cuidado e a afetividade. Essa estrutura de funcionamento familiar facilitava a transmissão da cultura e a continuidade da espécie. Algumas mudanças, especialmente na economia, contribuiram para o declínio desse modelo familiar no final do século XIX e início do século XX.

As transformações na economia mundial nos últimos anos resultaram de processos como a urbanização, a industrialização e o avanço tecnológico. Como consequência, houve redução na oferta de empregos e aumento da concorrência no mercado de trabalho. Com isso, os empregadores tiveram de diversificar seus empreendimentos para garantir sua permanência no mercado e a mulher pôde ingressar no âmbito profissional. É cada vez mais expressiva a participação feminina no mercado de trabalho remunerado e em algumas situações chega a ser o principal suporte financeiro no orçamento familiar.

Isso permite destacar que, além da maternidade, a mulher passa a preocupar-se com a sua satisfação pessoal e o sucesso de sua carreira profissional buscando, por exemplo, o aperfeiçoamento por meio de estudos, a fim de garantir sua ascensão no mercado de trabalho. A entrada da mulher no âmbito do trabalho traz repercussões na organização e na estrutura de funcionamento familiar, levando à proposição de novas configurações, arranjos familiares com interferências diretas na relação familiar.

Mas essa história nem sempre foi assim. Em tempos passados, a sociedade acreditava que o homem era o único provedor da família e a mulher a mantenedora do lar e da educação dos filhos. Ela não podia sequer pensar em ganhar dinheiro.

Nos últimos tempos, as mulheres têm conquistado espaço significativo no mercado de trabalho e começaram a alcançar melhores ocupações e fatias de poder no mundo todo. Hoje temos um grande número de mulheres que deixaram de ser somente esposas, donas de casa e mães, e que deixando para trás barreiras seculares, passaram a contribuir para a economia nacional. Desde as primeiras décadas do século XX, tornou-se visível a presença feminina em distintos segmentos do mercado de trabalho, especialmente no ramo têxtil, constituindo maioria majoritária da mão de obra. A participação da mulher no mercado de trabalho deu-se de forma crescente entre as décadas de 1920 e 1980, acompanhando o processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. Esse período é marcado por um grande contingente de mulheres exercendo ocupações em condições precárias de trabalho, sem proteção social e com baixa remuneração.

No entanto, pesquisadores apontam que mudanças significativas para a conquista pela mulher de um espaço no mercado de trabalho começaram de fato com as Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Os homens iam para as frentes de batalhas e as mulheres assumiam os negócios da família, ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Ao findar o conflito, muitos homens que eram chefes de família haviam falecido, e, dos sobreviventes, muitos ficaram mutilados e impossibilitados de voltar a trabalhar. Foi nesse momento, de acordo com Araújo

(2004) que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixarem a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

[...] As que ficavam viúvas e eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomenda, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano, etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. (PROBST, 2003, p. 1).

Por meio de suas produções e de modo informal e muito timidamente, algumas mulheres ingressaram no mercado de trabalho. O trabalho era importante não apenas como complemento da renda familiar, mas também, por suas consequências sociais, tais como: transformações nas expectativas de realização pessoal e profissional, independência financeira, a alteração nas relações familiares e entre a mãe e os filhos, etc.

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista, ocorreram inúmeras mudanças na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento dos equipamentos industriais, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas. A partir de então, algumas leis foram implementadas para beneficiar as mulheres.

Pela Constituição de 1932, ficou estabelecido que não haveria distinção de sexo quanto à remuneração; que seria proibido que mulheres grávidas trabalhassem durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois e que também seria proibido despedir mulheres grávidas pelo simples fato de estarem grávidas. Mesmo com essas conquistas, algumas injustiças e explorações perduraram ao longo de muito tempo como, por exemplo, as diferenças salariais acentuadas entre homens e mulheres. A justificativa desse fato era a de que o homem trabalhava para sustentar a mulher e os filhos.

Dessa forma, não era necessário a mulher ganhar o equivalente ao homem. Atualmente, um dos fatores que têm contribuído para a permanência da mulher no mercado de trabalho é o de que a mulher tem adiado ou deixado de lado o sonho da maternidade. A redução do número de filhos pode ser um fator que tem colaborado para facilitar a evolução e a presença feminina no mercado.

De acordo com Fleck & Wagner (2003) e Vanalli & Barham (2008), a maior participação em atividades remuneradas implicou em mudanças no modo de vida de mulheres, especialmente no funcionamento da família brasileira, já que as mulheres passaram a compartilhar as responsabilidades pela manutenção financeira da casa, desencadeando uma redefinição dos padrões da hierarquia familiar.

Diniz (1999) destaca que trabalhar fora de casa pode contribuir para aumentar a autoestima e o senso de confiança da mulher, contribuindo de forma satisfatória para um desempenho das funções familiares. Por outro lado, as tradições políticas, sociais e culturais têm dificultado à mulher conciliar os encargos sociais e familiares. A falta de tempo para a família e as dificuldades em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perdas.

Dessen & Braz (2000) destacam que, além das mudanças sociais no âmbito profissional, a migração das pessoas do campo para a cidade ou para outras regiões em busca de trabalho ou melhores condições de vida tem levado a um distanciamento geográfico dos familiares, reduzindo a rede de apoio familiar em decorrência do distanciamento físico e psicológico entre os membros de uma mesma família.

Além disso (Vanalli & Barham, 2008), a disponibilidade de apoio familiar também baixou em função do envolvimento dos avós no mercado de trabalho, diminuindo a disponibilidade de cuidado dos netos. Considerando-se também as políticas públicas, no Brasil a licença maternidade é um direito socialmente constituído, legalmente previsto, em que há o afastamento temporário e remunerado da mãe para cuidar do recém-nascido. Com o final da licença, a mãe precisa decidir se retornará ao emprego, se permanecerá em casa cuidando de seu bebê ou se terá de lidar com a difícil tarefa de conciliar a maternidade e o trabalho. Aquelas que decidem retornar ao trabalho enfrentam diversas preocupações em relação à manutenção dos cuidados com a criança e à qualidade de seu desempenho profissional. Um dos grandes desafios que se impõe à mulher, ao optar pelo trabalho remunerado, é o de ter de lidar com a culpa, pois muitas mulheres, ao priorizar o trabalho remunerado, sentem que negligenciaram a função materna (Franco, 2001).

Uma outra interferência do ingresso da mulher no mercado de trabalho em sua função materna diz respeito ao período de amamentação e desmame. Muitas vezes, especialmente nas áreas urbanas, devido à distância entre a casa e o trabalho e à separação diária prolongada da mãe de seu filho, as mulheres reduzem o período de amamentação para não correrem o risco de perder o emprego, transformando o desmame em um período penoso física e psicologicamente, com impactos sobre a relação mãe-filho. (Vanalli & Barham, 2008; Schirmer, 1997; Rea, Venâncio, Batista, Santos & Greiner, 1997).

Contudo, mesmo com a vivência desses conflitos em decorrência do trabalho, dos métodos de procriação artificial e dos métodos contraceptivos, do divórcio e da possibilidade de compor novos relacionamentos amorosos, a mulher conquista o direito de poder escolher ter ou não filhos e o momento mais adequado de tê-los. Este novo papel assumido pela mulher tem repercutido na dinâmica familiar, nas questões conjugais, bem como na educação dos filhos (Bertholini, 2001; Garcia, 2001). Um dos grandes desafios para a mulher envolve o imperativo de conciliar as funções afetivas, profissionais, familiares, acadêmicas e ainda continuar cuidando da organização da casa e da educação dos filhos.

Nesse sentido, é possível dizer que na vida conjugal os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher tem se confundido cada vez mais e que a configuração familiar tem-se delineado diferentemente da estrutura familiar tradicional. Há algum tempo atrás o pai era o único provedor e mãe era aquela que ficava em casa para cuidar da casa e da criação dos filhos. Hoje o que vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio é um processo de transição, no qual pais e mães compartilham as tarefas referentes à família, especialmente o cuidado com os filhos (Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005; Fleck & Wagner, 2003).

Figueira (1987) define esta configuração familiar de “família igualitária”. Nessa composição mulheres e homens exercendo funções remuneradas no mercado de trabalho passam a dividir dentro de casa as responsabilidades dos afazeres domésticos e da criação dos filhos. Mesmo que ainda a parcela maior de responsabilidade sobre a casa e os filhos recaia sobre a mulher, este é o início de

uma tentativa de ambos se responsabilizarem e conciliarem a vida de trabalho fora de casa e a ocupação doméstica.

Assim o homem é obrigado a se envolver numa relação de proximidade e de envolvimento afetivo com os filhos e a mulher passa a ter aspirações externas ao âmbito doméstico. Osório (2002) aponta que os papéis de homens e mulheres já não se vinculam mais à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias. Por conta disso, o padrão de relacionamento entre pais e filhos também se modificou. A tendência atual é a de que se valorize mais o relacionamento baseado na troca afetiva, na preocupação e cuidado em substituição à imposição de respeito; autoridade e hierarquia e aos princípios vinculados à moralidade religiosa, ideário patriótico e higienismo médico.

Araújo (1993) em sua dissertação, ao investigar as transformações atuais da família no Brasil, observou que, por volta da década de 1960, o movimento feminista ao defender a liberdade e a igualdade entre os sexos, combatendo todas as formas de discriminação social e lutando pela redefinição do papel da mulher na sociedade, foi fundamental para a transformação e modernização da família. Assim, os ideais de igualdade passaram a substituir os de autoridade e hierarquia na família:

A reivindicação da igualdade, direito à liberdade sexual, fim do padrão moral da virgindade, controle da função reprodutiva, fim da autoridade exclusiva do homem dentro da família, igualdade de direitos políticos e civis, incluindo as mudanças na legislação familiar e trabalhista, levaram a família gradativamente a se reorganizar em função dos novos padrões. (ARAÚJO, 1993, p. 50).

Zanetti (2009) destaca que na década de 70, o culto à droga e a chamada revolução sexual que predominava na cultura da juventude brasileira, especificamente entre os jovens dos seguimentos médios urbanos, levava-os a assumir uma postura de distanciamento em relação a qualquer reflexão crítica e ou participação política. Havia uma busca por experiências novas envolvendo o sexo e novas formas de relacionamento afetivo-sexual. Vale lembrar que o período dos anos 70 foi marcado pela censura, repressão, tortura de presos políticos e pelos investimentos governamentais para recuperar o crescimento da economia brasileira, fatores esses que certamente dificultavam o senso crítico e o ativismo político e cultural.

Sendo a família alvo de questionamentos por conta de sua atuação autoritária e repressora, Araújo (1993) em sua análise assevera que estes fatores colaboram para que a família revise seu modo de operar.

Com a intervenção do governo na economia brasileira, houve uma melhoria na qualidade de vida da população refletindo num aumento do poder aquisitivo das famílias e, como consequência, ocorreram inovações e reformulações das concepções e valores referentes ao casamento e à vida em comum. Sobre esse assunto, Russo (2002), esclarece que, com a ascensão social, é inevitável que ocorra o distanciamento do indivíduo do seu universo de origem ou da família, assim como o contato com valores, usos e costumes, não apenas diferentes, mas mais modernos e cosmopolitas. Esses fatores, segundo o autor, levam a sociedade a questionar os modelos de família, os papéis masculinos e femininos e a própria organização familiar.

O conceito de família tem evoluído com o tempo e sofrido transformações significativas nesse período, não só em relação às funções enquanto sistema, mas também em relação às tarefas desempenhadas por cada membro do grupo. Nos dias atuais um número cada vez maior de mulheres trabalha fora de casa e contribui para o sustento familiar. Hoje a identidade da mulher não está mais diretamente associada à maternidade, ao casamento e à procriação. A mulher vem conquistando novos espaços, assumindo novos papéis e funções, sendo inegável a ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual.

Com a saída da mulher em direção ao mercado de trabalho e considerando a sua imprescindível contribuição no orçamento familiar e a modernização da sociedade, Zanetti (2009) e Carneiro (1987) destacam que esses fatores desencadearam um processo de individuação que se contrapôs à força totalizadora e envolvente da família, provocando um afrouxamento de sua função de controle e a perda do monopólio enquanto agência socializadora. A submissão dos indivíduos a outras autoridades, por sua vez, provocou a fragilização do poder do homem enquanto pai e marido acarretando, inclusive, no esvaziamento de seu papel enquanto controlador da sexualidade feminina, abrindo um espaço para seu afloramento. Neste cenário a mulher surge como um ser desejante e, enquanto tal,

passa a representar uma fonte de ameaça à hierarquia familiar (CARNEIRO, 1987, p. 80).

Se o conceito de família mudou, o papel do pai e da mãe também sofreu modificações. A partir da inserção da mulher no âmbito profissional os padrões de funcionamento familiar são alterados, provocando, segundo Figueira (1987), uma inexistência de referenciais pessoais claros para a orientação da conduta das pessoas. Assuntos como a educação dos filhos, o relacionamento entre pais e filhos e o convívio familiar são assuntos frequentes na mídia e na literatura especializada. Os especialistas se dedicam a explicar como educar filhos, como agir e ensinar limites, contudo, os pais sentem-se inseguros na arte de educar e criar filhos. Parece haver um conflito entre aquilo que os pais aprenderam ao longo de seu desenvolvimento e o que praticam agora, sendo pais e mães; ao se envolver na tarefa de educar filhos veem-se em crise: parece que foram destituídos do saber e da função de educar.

Cunha (1997) relata que, com o passar do tempo, houve uma invasão do espaço privativo dos pais que levou estes a despojarem da missão de educar a prole. A sociedade moderna e a especialização das tarefas promoveram uma invasão da família em nome do saber especializado sobre a criança, transformando o ato de educar em uma ciência especializada. Dessa forma o saber espontâneo e qualificado dos pais é relegado a segundo plano em favor dos especialistas; a autoridade é retirada dos pais como se não fossem capazes de se responsabilizar inteiramente pela educação e criação de seus filhos.

Entretanto, no que diz respeito à função social da família, a função e o papel dos pais é transmitir a própria cultura e os seus valores (Osório, 1996), que ordena lugares e dá aos pais o poder da autoridade, na medida em que se responsabilizam por esta tarefa, fundamental para o desenvolvimento da sociedade e o exercício da cidadania. E diante deste tipo de interferência, algo desta finalidade da transmissão cultural se perde (Zaneti, 2009), pois é a partir do processo socializador que o indivíduo elabora a sua individualidade e subjetividade (Romanelli, 1997).

Diante dessa situação, numa sociedade em que prevalece a cultura do individualismo e do narcisismo; na ânsia de não querer errar para não repetir os padrões educativos recebidos e reeditar os mesmos erros que seus pais cometeram no passado, parece que os pais contemporâneos perderam as referências da necessidade de se ter parâmetros claros na educação de crianças e a importância de que eles próprios se encarreguem da responsabilidade da criação delas e assumam os riscos inerentes à situação.

Wagner (2003) observa a frequência com que pais e mães demonstram insegurança diante de situações corriqueiras e banais do dia a dia e como as regras não estão firmemente postas e os limites claramente estabelecidos; os filhos se veem perdidos diante da inconstância e inconsistência das atitudes dos pais.

A família tem passado por mudanças significativas nos últimos tempos e, diante da velocidade com que são processadas essas mudanças, muitas vezes o saber acumulado que os pais adquiriram não é suficiente para encarar as vivências novas e muitas vezes os filhos transmitem aos pais saberes e novos modelos de conduta segundo Romanelli (2000) e Zanetti (2009). Ao perder parcialmente sua autoridade perante os filhos, os pais contribuem sobremaneira para que os filhos passem a agir como “sujeitos de direitos”, dentro e fora da unidade doméstica, ficando em segundo plano a condição de “sujeitos de deveres”. Sobre esse assunto Romanelli (2000) defende que a ação socializadora das famílias de camada média, que é fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo.

Atualmente, torna-se tarefa árdua conciliar a vida familiar, o casamento e a profissão, os sonhos, projetos e ideais de educação de cada um dos cônjuges. Ao se envolverem no processo de educar seus filhos os pais podem ver-se num conflito de valores onde o seu desejo está em não reproduzir os padrões educativos utilizados por seus pais e ofertar às novas gerações melhores condições de vida e ofertar um relacionamento entre pais e filhos permeado pela afetividade e intimidade. Entretanto, os pais, nesse interjogo, podem perceber que não têm um referencial próprio para educar seus filhos ou, ainda, tentam criar parâmetros idealizados de como educar porque parece que sempre há uma maneira correta ou

ideal do adulto se posicionar frente ao filho. Segundo Elias (1994), a criança prescinde de um adulto e da relação com os mais velhos e mais poderosos para se humanizar. A respeito dessa relação Arendt (2001) é categórica ao afirmar que a criança espera do mundo adulto a introdução no mundo velho:

Pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo. (ARENDR, 2001, p. 226).

A família tem seu funcionamento próprio dentro de um sistema maior e mais amplo que é a sociedade onde está inserida. Ela mantém uma relação de interdependência entre seus membros e tende à coesão ou quando há problema em seu modo de operar à instabilidade e à crise. No decorrer da vida há situações que põem à prova a capacidade de organização interna e de mudanças no interior da família. Quando a família é confrontada com alguma situação traumática como morte, separação, desemprego e doença, ela pode não ter a compreensão pronta e imediata como também pode permanecer em estado de letargia. A identidade cultural da família é o que molda o comportamento de cada um nos momentos de prazer e de dificuldade. Segundo Bayle (2008) cada membro da família procura a felicidade perdida através da família, idealizando-a ao máximo, e, sendo assim, a mínima decepção é vivida como imensa infelicidade, numa escala graduada em função do investimento afetivo.

A família de hoje, está em processo de mutação e, devido às mudanças sócio-culturais, tecnológicas, ambientais e religiosas, é possível verificar as inovações e a diversidade de novas estruturas familiar. Temos a família chefiada por mulheres, a família monoparental, a família constituída a partir de novas uniões de um ou de ambos os cônjuges, as famílias adotivas, outras famílias em que os avós ocupam-se totalmente da educação daqueles que seriam seus netos, há as famílias homoparentais e outras que defendem a guarda ou a partilha da criança num plano de igualdade entre a mãe o pai. Há também a tendência de algumas famílias a priorizar as questões relacionadas à valorização da vida emocional e afetiva de seus membros. Assim, o homem tem novas funções no exercício da função paterna e mulher na sua inscrição social. A família é o lugar onde convergem sentimentos de

amor, ódio, inveja e ciúmes num complexo emaranhado de laços relacionais. Se por um lado a família é um espaço importante para o desenvolvimento do ser humano, integrando as diferenças e aumentando a capacidade de adaptação (Bayle, 2008) é por outro, um espaço de expressão de novas funções e de criatividade relacional. Assim, a recomposição familiar é (será) uma nova fase no ciclo da vida (Angel, 2003, Bayle, 2008) da humanidade? Seria a família uma instituição imprescindível para a constituição do homem? Quais destinos teria a relação mãe-filho neste contexto?

As convenções sociais do início do século passado estabeleciam que as mulheres eram as mantenedoras do lar e responsáveis pela educação e criação dos filhos e o homem, o provedor. Desde então, o papel da mulher sofreu grandes transformações e, hoje, no início do século XXI, as mulheres ocupam postos no topo das grandes empresas, comandam tropas e governam países.

No início deste artigo foi dito que as mudanças advindas das Guerras Mundiais contribuíram para mudanças significativas no âmbito do trabalho e nas relações mãe-filho. Esses acontecimentos históricos contribuíram para a entrada da mulher no mercado de trabalho e para mudanças nos papéis femininos e na relação mãe-filho. Especialmente, com o fim da 2ª Guerra Mundial, houve o processo de expansão e os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental, especialmente no que diz respeito as mudanças de comportamentos. Sob as influências da televisão, das telecomunicações e da imprensa falada e escrita, o padrão de comportamento sexual das famílias começa a mudar. O modelo familiar embasado no pai provedor e chefe de família e na mulher dona de casa e a rainha do lar começa a ruir. Schlickmann (2012), ao citar Frota (2003), diz que foi nesta época que o feminismo atuou com firmeza nas novas definições sociais e políticas do papel da mulher, trazendo os métodos contraceptivos hormonais, concedendo-lhes uma nova possibilidade de ter controle do seu próprio corpo. O feminismo lutava pelas conquistas de espaço igual para homens e mulheres, como, por exemplo, nas universidades e em “profissões de elite”, de forma a poder contribuir com o desenvolvimento do país. Foi nesse contexto que se deu a entrada da mulher de classe média no mercado de trabalho. Mesmo assim, era patente a preocupação quanto ao direcionamento dessas mulheres no mercado de trabalho: dever-se-ia cuidar para que executassem funções que não concorressem com a sua

feminilidade, que não oferecessem risco de ameaçar a autoridade masculina no lar ou qualquer outra relação de poder na sociedade em geral. Para que a mulher de classe média pudesse sair de casa, era necessário que outra pessoa exercesse seu papel no lar; daí a entrada da empregada doméstica para cuidar dos filhos, da casa e da família, uma vez que, nessa época, segundo Rago (1997, p. 207), a casa era valorizada como se fosse o “ninho sagrado” a mulher, como “a rainha do lar” e o filho, era tratado como “o reizinho da família”.

Assim, lentamente houve uma nova redefinição do papel da mulher e da mãe na sociedade. Atualmente a inserção da mulher no mercado de trabalho já é fato consolidado, sendo possível ter satisfação para além da maternidade. Essa possibilidade de opções deixa marcas indeléveis na relação mãe-bebê, uma vez que a maioria das mulheres contemporâneas pode escolher entre casar ou não, com o avanço da medicina e dos métodos contraceptivos, pode escolher o momento de conceber filhos ou optar por não tê-los, pode viver sua sexualidade fora do casamento e inclusive criar seus filhos sozinha, sem que isso signifique exclusão social. Essa abertura da sociedade para a questão da maternidade e as possibilidades de escolhas conquistadas pela mulher traz em seu bojo questionamentos acerca do que é ser mãe e sobre a maternidade, como conciliar a vida laborativa, o exercício da função materna, a relação mãe-filho e as relações familiares.

Faria e Barham (2004) destacam que as pessoas que trabalham fora de casa permitem que as demandas profissionais (horas extras, reuniões, viagens profissionais) interfiram na sua vida familiar com frequência maior do que permitem que demandas familiares (doenças de um filho, reuniões escolares) interfiram no seu desempenho profissional. Assim, o bem estar da família, bem como os cuidados com o filho, pode estar mais em risco do que a qualidade do desempenho profissional. Isso pode criar sentimento de culpa entre as mulheres que prosseguem em suas carreiras enquanto seus filhos são pequenos (Cooper & Lewis, 2000).

Desse modo, ao resolver exercer a profissão, a mulher sente-se “dividida”, pois tem de optar por trabalhar fora e não poder cuidar do filho integralmente. Muitas mulheres, ao priorizarem o trabalho remunerado, angustiam-se por considerarem

que estão deixando de ser boas mães. Entende-se que muitas delas continuam sendo “regidas” pelo estereótipo de que a mulher realmente deve ser a principal responsável pela prole e pelos cuidados domésticos.

Kolbenschlag (2001) identifica esse conflito na experiência da mulher atual, que tenta conciliar estes papéis, e assevera:

Uma carreira satisfatória e o compromisso com um projeto profissional constituem realmente a melhor preparação para a maternidade. Um alto nível de interesse e de envolvimento em algum tipo de trabalho é, muitas vezes, o melhor prognóstico de alegria e sucesso no papel materno. (KOLBENSCHLAG, 2001, p. 124).

Dessa forma, segundo Faria (2011, p. 4) é possível considerar que a maternidade está vinculada à essência feminina, misturando-se muitas vezes fertilidade com o ser mulher; o que faz com que muitas mulheres procurem encontrar-se e preencher-se através da maternidade, tornando-se difícil mensurar se o verdadeira desejo de ser mãe encontra-se em forças biológicas, sociais ou psicológicas.

Ao final destas proposições acerca da trajetória da mãe na sociedade e das relações mãe-filho, é possível que as reflexões sejam enriquecidas com as contribuições de Badinter (2003), que destaca ser o instinto materno um mito; o amor materno e o sentido que se atribui à maternidade é um valor socialmente construído como qualquer outro sentimento. Da mesma forma que a figura idealizada de boa mãe é também uma construção simbólica da maternidade. Essa autora esclarece que a maternidade é uma capacidade e não um instinto e, por conta disso, pode não estar inscrito em sua natureza que a mãe tenha de sacrificar a sua vida, seus ideais e o trabalho pelo filho. Essa expectativa quanto aos papéis desempenhados pela mulher deve-se muito mais aos interesses da sociedade e do Estado, do que propriamente a uma questão de essência feminina, uma vez que a maternidade e a função feminina nem sempre foram pensadas e valorizadas desse modo. Até o século XVIII a maternidade tinha uma conotação diferente da que temos hoje.

Observa-se na sociedade atual muitas mudanças relacionadas à interação familiar e da díade mãe-filho. No modelo tradicional de funcionamento familiar, o pai

era o provedor e a mãe deveria responsabilizar-se pelos cuidados da casa e dos filhos, permanecendo junto deles a maior parte do tempo. Na atualidade, há tendência a um novo modo de funcionamento familiar no qual o pai e a mãe não se constituem as figuras que mais tempo ficam com os filhos. Em função de a mãe trabalhar fora de casa, das divisões de funções dentro de casa e da organização de cada família, as crianças tendem a ir às escolas ou creches logo nos primeiros meses de suas vidas. Nesses ambientes, seus parceiros são em sua maioria crianças da mesma idade. Diferentemente de outras épocas, era a mãe quem apresentava o mundo à criança e que sempre estava presente alicerçando seu desenvolvimento físico, intelectual e afetivo.

A entrada da mulher no mercado de trabalho repercutiu na relação mãe-filho e na dinâmica familiar e uma das principais dificuldades da mulher está em conciliar tempo para tarefas domésticas, trabalho externo e poder permanecer tempo com os filhos, de forma a ser possível estabelecer um vínculo afetivo harmonioso e consistente.

Ao conscientizar-se a mulher quanto a esses valores sociais, talvez seja possível à mulher viver a maternidade e desempenhar a função materna com mais tranquilidade, menos sofrimento e culpa.

Numa perspectiva sócio-histórica e cultural a relação entre a díade mãe-filho não é linear, haja vista o registro de distintos padrões de relacionamento entre a mãe e o filho. Na sociedade contemporânea, as mudanças ocorridas na relação mãe-filho relacionam-se, de certo modo, com a fragilização e/ou perda do sentido da tradição. Vive-se a lógica do individualismo, do consumo desenfreado, do esquecimento e da inquietação, da busca da satisfação instantânea. Vive-se o aceleração da vida e dos acontecimentos como algo natural e próprio da existência humana. Segundo Bauman (2004) isso se dá em função do que ele define de amor líquido. As relações humanas estão cada vez mais sendo marcadas pelo individualismo, pela insegurança e pelo distanciamento afetivo. Vive-se numa sociedade movida muito mais pela “falta” e não, pelo desejo, pela necessidade urgente de ser reconhecido pelo que se tem e não pelo que se é, deixando-se de lado o espaço para a reflexão do “eu”.

Dessa forma os relacionamentos estabelecem-se de forma efêmera, insegura e transitória. O relacionamento mãe-filho e a formação da subjetividade também são marcados pela fragilidade das relações afetivas familiares. É necessário que as mudanças advindas da contemporaneidade e seus impactos sobre a relação mãe-filho e na dinâmica familiar sejam apreendidas e contextualizadas, para que ocorram modificações na forma de conceber e “olhar” a díade mãe-filho e as práticas que permeiam as suas relações. Do contrário, o que podemos esperar de nossas crianças, o que está sendo feito delas?

Por outro lado, é importante que a sociedade, as mães e as famílias reflitam sobre os cuidados atualmente dispensados às crianças especialmente no que diz respeito à elaboração de estratégias institucionais visando a oferta de melhores condições de trabalho e de proteção à mãe trabalhadora. Conforme destaca Schirmer (1997), é necessário que se encontrem soluções para viabilizar a permanência da mulher no mercado de trabalho, porém, diminua os custos da conciliação entre a maternidade a vida profissional.

Abstract: The entrance of women in the labor market carries implications for the organization and structure of family functioning, leading to the proposition of new settings, family arrangements with direct interference in the mother-child and family dynamics. A major challenge for women is to reconcile time for household chores, academic, external work and be able to stay with their children in order to be able establish an affective bond and harmonious. In this sense, one can say that in married life the roles played by man and woman has been increasingly confused and that family configuration has been designed differently from the traditional family structure as well as the mother-child relationship is also touched by these events.

keywords: Woman. Labor market. Mother-child relationship. Family.

REFERÊNCIAS

ANGEL, *Ah, quelle famille! Paris*: Robert Laffont, 2003.

ARAÚJO, Maria F. *Família igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação (Mestrado), 1993.

ARAÚJO, Luís, C. G. As mulheres no controle do mundo – elas têm influência em todas as esferas, da política à educação. *Forbes Brasil*, São Paulo, set. 2004.

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAYLE, Filomena. MARTINET, Serge. *Perturbações da parentalidade*. Lisboa: Climepsi Editores, 2008.

BERTHOLINI, L. B. A. Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar. *Anais do I Congresso de Psicologia Clínica*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2001.

CARNEIRO, M. J. A desagradável família de Nelson Rodrigues. In: FIGUEIRA, S. A. (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.p. 69-82.

COOPER, C. L. & LEWIS, S. *E agora, trabalho ou família: pais e mães que trabalham fora aprendem como enfrentar as sobrecargas profissionais e familiares do dia-a-dia*. São Paulo: Tamisa, 2000.

CUNHA, M. V. A desqualificação da família para educar. In: *Cadernos de pesquisa*, v.102, novembro, 1997. p. 46-64.

DESSEN, M.A. & BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes d nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n.3, p. 221-231.

DINIZ, Gláucia. Mulher, Trabalho e saúde mental. In: CODO, Wanderley (Org.). *O trabalho enlouquece: Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 105-134.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Juliana T. *A maternidade: A construção de um novo papel na vida da mulher*. 2011

FARIA, G.S.S. & BARHAM, E.J. Uma análise do equilíbrio trabalho e família no contexto brasileiro. *Revista Núcleos*, 3(1), out./abr. 2004-05, p. 33-38.

FIGUEIRA, S. A. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FLECK, A.C. & WAGNER, A. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, número especial, 2003, p. 31-38.

GARCIA, S. A. F. Satisfação e insatisfação conjugal das mulheres executivas. *Anais do I Congresso de Psicologia Clínica*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2001.

KOLBENSCHLAG, Madonna. *Adeus, bela adormecida: a revisão do papel da mulher nos dias de hoje*. 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

OSÓRIO, L.C. A família como grupo primordial. In: Zimerman, D. E., OSÓRIO, L.C. [et.al]. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 49-58.

OSORIO. L. C. *Casais e famílias: Uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PROBST, E.R. *A Evolução da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *A história das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-591.

REA, M. F., VENANCIO, S. I., BATISTA, L.E., SANTOS, R.G, & GREINER, T (1997). Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais. *Revista de Saúde Pública*, 31 (2), 149-156.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDU/Cortez, 2000.

_____. Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. *Cadernos de Pesquisa NEP*, v. 1, nº 2, 1997. p. 25-34.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUSSO, J. *O mundo psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SCHIRMER, J. Trabalho e maternidade: Qual o custo para s mulheres? In: OLIVEIRA, E. M. e SCAVONE, L. (orgs). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia, A. B. Edit., 1997.

SCHLICKMANN, Denise.B. *Mulher, trabalho e maternidade: Como fica a carreira após a chegada dos filhos?* Universidade do Sul de Santa Catarina, (TCC), 2010.

VANALLI, Ana C. G. BARHAM, Elizabeth J. A demanda para políticas públicas adicionais para trabalhadores com filhos pequenos: o caso de professoras. *Revista Temas de Psicologia*. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-9, 2008.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In: FERES-CARNEIRO, T. (org). *Família de casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 27-33.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C. & VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v.21, nº2, 2005, p. 181-186.

ZANETTI, Sandra A. S. *A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 40, nº 2, abr./jun. 2009. p.194-201.